

Resenha do livro “Um tratado sobre nossos actuais descontentamentos”, de Tony Judt.**Tiago de Souza Fuzari¹**

A obra objeto desta análise, conforme sugerido por seu próprio título, *Um Tratado Sobre Nossos Actuais Descontentamentos*, tem como elemento norteador e móvel do texto o que o autor chama de um sentimento de que há algo profundamente errado na forma como se pensa e se vive na atualidade. Assim, a construção da questão central discutida ocorre a partir da compreensão da realidade atual, sob uma ótica aplicável tanto a países europeus como à realidade estadunidense, cujas peculiaridades são destacadas no decorrer textual.

Aduz a obra que no cenário desenhado nas três últimas décadas, o que se viu foi a construção de um individualismo egoístico, que hoje é tido como algo comum ou mesmo natural, caracterizado por uma obsessão pela riqueza, tendo ela se tornado o mote da vida dos indivíduos, pelo apego à ilusão do crescimento ilimitado, pelo culto ao setor privado e aos movimentos de privatização associados a um progressivo desdém pelo setor público e principalmente por uma admiração acrítica pelos mercados sem entraves.

Tais elementos, dessa forma, teriam erigido em um ambiente de insegurança, medo e acentuação da desigualdade, cujos efeitos já começam a ser sentidos, tendo a crise de 2008 afigurado-se como um pequeno sinal das consequências do que a baixa regulamentação de mercado pode causar. Desse modo, a questão que se avulta cinge-se à forma como serão empreendidas mudanças face a ausência de alternativas, pois, no campo da política, embora existam demandas e insatisfações, nem a esquerda nem a direita conseguem achar uma posição a ser apresentada.

Os jovens, por sua vez, não sabem o que fazer, não por falta de objetivos, mostrando-se eles cada vez mais desacreditados da política e apostando em mudanças por meio de ações temáticas específicas e desconectadas dos governos; assim o que se sabe é que há algo errado e que há muita coisa de que não se gosta, mas não se sabe em que se deve acreditar e o que deve ser feito.

A obra foi escrita em uma ambiência posterior à crise de 2008, de modo que se pôde verificar alguns efeitos desse modelo adotado nas últimas três décadas e, assim, na reconstrução trilhada pelo texto, o autor promove um debate entre os pensadores que foram responsáveis pela construção do Estado providência; bem como faz uma análise da formação

¹ Graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas e mestrando em Direito pela mesma instituição.

dos pensamentos que inspiraram a visão que começou a ganhar força entre as décadas de 1970 e 1980; mas, neste último caso, transcende ele a simples referência a economistas anglo-americanos associados à Escola de Chicago, esmerando-se em uma tentativa de descobrir quem se encontra por detrás desse novo pensamento econômico.

No que se refere ao Estado providência há significativo destaque a John Maynard Keynes que, em um movimento de ruptura com a confiança ostentada pelos economistas clássicos e neoclássicos, jogou luz sobre a questão da incerteza e da imprevisibilidade dos assuntos humanos, tendo seu pensamento sido construído a partir da vivência do desfazimento de um mundo de certezas com o advento da primeira grande guerra.

Keynes e muitos pensadores da época, que passaram por horrores e perturbações traumatizantes, viram que a reestruturação da democracia teria de enfrentar os currículos dos Estados autoritários e que a nova política econômica deveria ser sensível à necessidade de ser contracíclica para evitar futuras depressões, como também às virtudes de prudência do Estado social.

De maneira paradoxal, o capitalismo foi salvo, no pós-guerra, por medidas identificadas, à época, como socialistas; surgindo, desse modo, um consenso invulgarmente amplo de se acreditar no Estado e sua limitação do mercado em nome do interesse público. Tal consenso derivou, em parte, de um medo comum das implicações decorrentes de um regresso aos horrores das grandes guerras.

Em uma vertente oposta à visão keynesiana e intitulados pelo autor de "avós" da escola de economia livre de Chicago, destacam-se os nomes de Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek; os quais, assim como alguns outros pensadores ditos conservadores à época, tiveram uma ambiência comum que os levou a um posicionamento descompassado com o consenso keynesiano do pós-guerra. Viveram eles e foram abalados pela catástrofe austríaca do entre guerras que, após uma experiência socialista em Viena, um golpe reacionário posterior, viu-se rebentar uma invasão nazista que os colocou atônitos, reunindo-os em torno da busca pelos motivos que levaram ao desmoronamento de uma Áustria liberal em favor do fascismo.

Aos olhos de tais pensadores e em especial de Hayek, a quem o autor confere maior destaque, o planejamento dirigido pelo Estado, serviços municipais e atividades econômicas coletivizadas não tinham só falhado, mas sido os causadores de uma contrarreação. Nesse sentido, Hayek afirma que a tragédia europeia fora provocada pelas insuficiências da esquerda, haja vista o não atingimento de seus objetivos e por não ter conseguido aguentar os desafios da direita. Assim, se a autoridade fosse mantida a uma distância segura, se os

políticos não pudessem planejar, dirigir ou intervir nos negócios dos cidadãos, os extremistas, sejam da direita como da esquerda, seriam contidos.

Desse modo, concluí o autor que, tanto Keynes como Hayek partem do mesmo dilema, qual seja, a compreensão do que havia ocorrido entre as guerras e a busca de como impedir sua repetição; no entanto, fazem-no partindo de experiências diferentes com conclusões diversas, sendo que, para Keynes, o caminho contra extremismo político e o colapso econômico seria um aumento do papel estatal, já para Hayek seria o seu afastamento ao máximo.

Salienta o autor que o conservadorismo e a direita ideológica era uma preferência minoritária nas décadas seguintes ao pós-guerra, ninguém dava muito crédito a defensores do mercado livre ou do Estado mínimo e a velha direita de antes da guerra havia sido desacreditada. O centro de gravidade no debate político não residia mais entre direita e esquerda, mas sim entre comunistas e o consenso dominante liberal-social-democrata.

Até o início dos anos de 1970, parecia impensável dismantelar o Estado providência, no entanto, só quando tal Estado começou a passar por dificuldades - questões como desequilíbrio financeiro, tributação elevada como inibidor de eficiência e sufocamento da iniciativa pela regulação - pensadores como Hayek voltaram a encontrar acolhida.

No entanto, aduz o autor que a maior parte dos estudantes de economia pouco ouviram falar dos sobreditos pensadores austríacos, bem como das condições por eles vivenciadas, tal fato macula a compreensão da situação, aduzido ele, analogicamente, se tratar de uma tentativa de falar uma língua que não se conhece bem. Assevera ainda que ao se buscar os lugares comuns acerca de mercado livre e liberdades ocidentais, o que se tem feito, na atualidade, é ecoar um discurso inspirado e levado a cabo há setenta anos por homens na sua maioria nascidos no final do século XIX.

Sustenta, então, o autor, como teses balizadoras do texto, que os últimos trinta anos viram um progressivo dismantelamento do Estado providência com a diminuição de serviços e bens públicos, do planejamento e da intervenção estatal, cujos motivos serão abaixo delineados, de modo a criar um novo mundo, um mundo com menos segurança social e caracterizado pelo individualismo, privatização e tendo como traço definidor a insegurança, a qual tem como seu elemento chave a desigualdade. Toda essa situação de insegurança encontra-se espreitada pelo terrorismo e pelas mudanças climáticas, situações estas que só acentuam as desigualdades, sendo, portanto, necessário encontrar uma nova forma de ver e falar a política, bem como o Estado e o mercado.

Com vistas a explicar como se deu o desmantelamento do Estado providência, sustenta o autor que houve o surgimento de um abismo geracional entre os idealizadores do Estado providência e a geração seguinte, afirmando ele que, visto sob uma perspectiva pessimista, não teria tal modelo sobrevivido à geração seguinte de seus criadores. Nesse sentido, a obra explica que, nos anos que se seguiram no pós-guerra, quase ninguém mais acreditava na magia do mercado, havia ocorrido uma revolução intelectual, de modo que as pessoas, por temerem o passado e terem se acostumado às intervenções do Estado na vida cotidiana inerentes ao um período bélico, não deixavam mais as coisas acontecerem ao seu bel prazer, sendo o planejamento a mudança mais óbvia ocorrida no período.

Assim, ao invés de se deixar que as coisas acontecessem, era melhor pensar nelas de antemão, surgindo uma qualidade moralizadora nos debates políticos e a consolidação de uma crença da ação e participação conjunta, ou seja, valorização do coletivo em detrimento do individual. O consenso era geral, todos partilhavam da fé em um Estado ativista desde os escandinavos, aos países do Benelux, da Áustria a Itália, inclusive os Estados Unidos da América dos anos 1950 incluíam-se neste novo consenso, fazendo com que as desigualdades naturais do capitalismo fossem atenuadas pela certeza do bem-estar presente e prosperidade futura.

No entanto, assevera o autor que a geração nascida nos anos 60, a qual se traduzia como um legado bem sucedido do Estado providência veio romper com o sobredito consenso, essa geração não vivenciou os efeitos das crises econômicas e das grandes guerras que levou seus antecessores a se unirem em torno desse novo Estado ativista, assim o abismo geracional assinalado pela obra começou a se formar, de modo que os *baby boomers* não viam o Estado providência como uma solução de dilemas anteriores, mas sim como condições naturais de vida, sendo que os implementos estatais que proporcionava o sentimento de segurança e perspectivas otimistas geração anterior eram agora vistos como uma limitação a expressão pessoal e a liberdade do indivíduo.

A cisão, assim, tornou-se clara, pois se tinha de um lado uma geração mais velha de planejadores e teóricos sociais, pessoas que se sentiam orgulhosas de seus êxitos, porém os beneficiários dessa nova ordem, cada vez mais, aborreciam-se com a dependência dos administradores e regulamentos democráticos, valorizando o individualismo.

Essa mudança de pensamento da nova geração também teve suas influências no campo político, campo este em que se pôde verificar o surgimento do que o autor chama de a nova esquerda, bem como nos setores mais conservadores, em que se viu o direcionamento do centro do debate político para o campo econômico. A obra explica que essa nova esquerda

que surgiu não acreditava mais que a mudança viria da ação disciplinada das massas e definida/conduzida por porta-vozes autorizados, pois, como já explicitado, essa nova geração se via incomodada e oprimida por essa dependência dos administradores do Estado.

Para eles, tanto o comunismo como o capitalismo pareciam estar estagnados e cheios de repressão, sendo que, no lugar do proletariado masculino, começaram a surgir questões e elementos novos como a candidatura de negros, estudantes, mulheres e um pouco mais tarde de homossexuais. Assim, a nova esquerda, para além das injustiças do capitalismo, luta acima de tudo contra a tolerância repressiva das formas mais avançadas, rejeitando, desse modo, o coletivismo herdado de seus antecessores.

Para os antigos, a justiça, a igualdade de oportunidades e a segurança econômica eram objetivos comuns que só poderiam ser alcançados por ação conjunta, no entanto, os jovens dos anos de 1960 viam as coisas de maneira bem diferente, sendo a justiça social uma preocupação que não estava em pauta, pois agora o que os unia era a necessidade de se garantir o que o autor chama de "os direitos de cada um"; isso significou uma volta ao individualismo e a busca de objetivos privados. Contudo, adverte o autor que não era essa nova geração insensível à injustiça ou à malfeitoria política; não sendo em vão, portanto, os protestos do Vietnã, os tumultos raciais dos anos de 1960; mas estavam eles divorciados do propósito coletivo de outrora, sendo eles prolongamentos da expressão pessoal e cólera individual.

O deslocamento do debate político foi outro ponto relevante nesse novo momento que se avizinhava, desse modo, diante de uma social democracia e do surgimento de uma nova esquerda, a direita encontrava novamente um meio para estabelecer um novo ponto de contraste, assim os conservadores sentiram-se encorajados a questionar e a desafiar seus antecessores apresentando propostas radicais em face dos ambiciosos governos do Estado providência.

Aduz o autor que sabiam, no entanto, esses conservadores que não teriam força enquanto as mudanças keynesianas fossem vistas como irreversíveis, como único caminho forçaram eles, então, a mudança do debate político para outro terreno, qual seja, o campo econômico. Voltou-se, assim, os olhos para uma economia de mercado que outrora havia levado o mundo ao abismo, transformando a conversa pública em um debate estritamente econômico e proliferando a ideia de que o papel do Estado é o de facilitador, devendo-se indagar o que é o melhor para o indivíduo e se esfacelando, assim, a ideia de sociedade, bem como destruindo paulatinamente a imagem de que os serviços sociais são um direito para transformá-los em uma esmola e um peso à coletividade, além modificar a ideia de tributação

progressiva, visto até então como sustentáculo do Estado providência, em um agente de destruição da economia.

Assim, com base naqueles pensadores como Hayek e Mises, puseram a dismantelar os poderes e iniciativas propriamente econômicas do Estado, no entanto, ressalva o autor que isso não significou uma redução do Estado *per se*, visto que, com o passar dos anos, o que se viu em países como Estado Unidos da América e Grã Bretanha foi uma massivo aumento dos ramos repressivos e de colheita de informação (inteligências) estatais.

Juntamente com esses pensamentos políticos vieram os argumentos da busca pela eficiência e a ideia de privatização, questões estas que o autor dedica especial atenção, tendo inclusive feito uma análise mais detida das privatizações do setor ferroviário europeu com especial ênfase no caso britânico. A partir dessa visão, o que se construiu foi uma época de adoração ao privado e culto à privatização, transmitindo a ideia de que a fábrica ineficiente, ao ser vendida ao particular, renda dinheiro para o Estado, tornando a operação mais eficaz face a motivação do lucro e tendo por consequência o benefício a todos, pois o serviço tornar-se-ia melhor e o Estado ficaria livre de uma responsabilidade imprópria.

Afirma o autor que privatização em si representa um abandono das preferências centralistas e estatais dogmáticas e uma viragem para cálculos econômicos claros. No entanto, questiona a obra os motivos de um particular adquirir um serviço público claramente ineficiente e deficitário, afinal qual seria o atrativo? Os únicos atrativos seriam a possibilidade de aquisição a preços baixíssimos, como é o caso do setor ferroviário britânico, e isso, por si só, já demonstra um claro prejuízo para o Estado e o outro atrativo, por sua vez, também danoso à coletividade, é a eliminação ou redução do risco da atividade por parte do Estado.

Neste ponto, o autor destaca que isso é um problema moral ou "risco moral", pois o Estado nunca deixará, por mais absurda que seja a gestão privada, que setores como o ferroviário, elétrico, bancário, correios, dentre outros, entrem em colapso; de modo que, havendo a falência desses setores sabem os adquirentes particulares que o Estado arcará com o prejuízo e não deixará que a incompetência privada leve-os ao colapso. A exemplo é citada a crise de 2008 em que dinheiro público salvou o setor bancário.

Salienta o autor que outro ponto elementar a ser destacado é que o conceito de eficiência para o Estado não é o mesmo para o setor privado, o custo é claro que é um elemento a ser levado em conta, mas, em se tratando do Estado, é preciso por em causa outros fatores, a exemplo disso a obra traz a situação de uma linha de ônibus deficitária que serve um vilarejo longínquo. Uma empresa privada não a manterá, no entanto, em se tratando do

Estado, há outros elementos envolvidos, podendo ser tal linha que garanta serviços e a própria existência da comunidade.

Isso mostra, para o autor, que existem custos que só a coletividade pode arcar e alguém terá de manter aquele serviço economicamente deficitário, por isso salienta a obra que é preciso repensar os critérios que empregamos para avaliar toda a espécie de custo social, ambiental, humano, estético e cultural, assim como econômico.

Neste novo mundo individualista e pautado pela insegurança, o que se viu nascer, conforme aduz o autor, foi a perda do respeito ao público, tendo-se apoiado o individualismo na geração mais nova, com a conseqüente perda progressiva do empenho cívico nas decisões públicas e o declínio na participação política dos cidadãos, associado à generalização do descrédito aos governantes. Assim a geração do *baby boom* está convencida de que pouco pode fazer por meio da política e, assim, quando chegam ao poder, pouco fazem; tendo-se criado a geração dos políticos *light* e visto consolidar um progressivo déficit democrático.

Foi a essa geração inculcada à ideia de que determinados assuntos devem ser deixados para os especialistas e que a economia e as suas implicações políticas estão para além do entendimento do homem ou mulher comuns. Com isso, legitima e reforça o autor o argumento desse progressivo afastamento das pessoas em relação a política, bem como a ausência de movimentos políticos; sendo que, embora se constate, na atualidade, a união de pessoas em torno de questões comuns, não se consegue converter tais interesses em metas coletivas, sendo elas costumeiramente comprometidas pelo individualismo fragmentado das preocupações particulares.

Diante de todo esse cenário que se construiu, a obra traça um olhar crítico acerca da forma com se portaram a social democracia e sobredita nova esquerda. Esta se construiu a partir de um olhar individualista e a social democracia, por sua vez, não conseguiu reagir e responder a altura às críticas a ela imputadas. A queda do comunismo, em 1989, só fez agravar tal situação, pois levou a perda da base doutrinária proporcionada pelo marxismo, base esta em que também se apoiava os sociais democratas, assim, a esquerda viu-se jogada em um espaço vazio e tudo que lhe restou foi a política sem idealismo, reduzindo-se a uma mera forma de contabilidade social e administração dos homens e das coisas.

Para a social democracia, em específico, a qual se caracterizava por ser uma política mestiça que misturava sonhos socialistas com reconhecimento prático da necessidade de viver e trabalhar num mundo capitalista, garantindo-se o respeito a democracia e sendo, portanto, uma alternativa razoável ao autoritarismo; ante a queda do muro, o discurso, segundo o autor, tornou-se incoerente, pois, na atualidade, poucos discordam da necessidade de democracia e

não podendo mais ser ela uma alternativa radical dentro do mundo liberal, a social democracia não tem muito de diferente a oferecer.

Como derradeiro argumento a ser destacado, a obra aponta a globalização como um dos elementos responsáveis pelo cenário que se configurou, sendo o autor um crítico ferrenho de tal fenômeno, questionando ele a máxima que se ecoa de que a globalização é algo que veio para ficar, mudança esta que não se pode voltar atrás. Aduz ainda que a ideia de cosmopolismo fica bem aos intelectuais, mas as pessoas, bem como as políticas vivem e são definidas pelo espaço, tempo, língua, dentre outras coisas, ou seja, são definidas localmente.

A partir desse pensamento, sustenta o autor que a globalização não veio para ficar e que a internacionalização da economia não traz consigo o eclipse da política nacional, pois, mesmo havendo uma economia global, a política continua nacional, assim aduz que a ideia de que uma economia globalizada traz mais igualdade de riquezas é falsa, visto que, embora tal disparidade seja atenuada entre os países, a desigualdade interna e pobreza persistem e aumentam. No mesmo sentido, não se confirma a máxima de que a globalização acarrete mais liberdade política, citando o autor exemplos da China e de países asiáticos.

E, por fim, rechaça a obra a ilusão de que a globalização irá limitar o poder dos governos, colocando nas mãos de grandes corporações a política econômica internacional, tendo a crise de 2008 mostrado que, quando tudo começa a ruir, não existe Estado de mercado corporativista, mas sim o velho Estado do século XVIII. Entende a obra que os Estados-nação estão prontos para reafirmarem o seu papel, pois as populações que experimentam a insegurança econômica e física cada vez mais recuam aos recursos legais e barreiras físicas que só o Estado territorial pode garantir.

Diante desse mundo que se construiu nos últimos trinta anos, caracterizado por um progressivo desmantelamento do Estado providência e um ambiente marcado pela insegurança, medo e acentuação da desigualdade, alguns caminhos a serem trilhados como forma de mudança e, como a própria obra em tom crítico adianta, a ideia de que a alteração deveria começar pelas instituições é uma proposta válida, face a sua degeneração e abuso dos poderes e a autoridade a elas confiados; no entanto, trata-se de proposta que paira no ar há décadas, nunca tendo havido qualquer mudança fática.

Aduz o autor que a sobredita mudança não ocorrerá, pois essa ela teria de ser implementada pelas mesmas pessoas responsáveis pelo dilema vivenciado na atualidade, não havendo, portanto, interesse por parte delas em tais alterações. Desse modo, tem-se que aprender como criticar os governos, mas as críticas devem ser construídas com credibilidade e, para isso, a sociedade tem que se livrar do círculo de conformidade a que está aprisionada;

rompendo com a ideia de que a economia e as suas implicações políticas são questões a serem abandonadas nas mãos dos especialistas.

Tampouco é aceitável a tentação da apolítica, notadamente no caso dos jovens que são os grandes motores da divergência e dissonância, pois as repúblicas e democracias apenas existem em decorrência do empenho de seus cidadãos com os assuntos públicos e, caso sejam tais assuntos abdicados pelos cidadãos, serão eles entregues a funcionários venais e medíocres e aos políticos *light*, muito diferentes dos grandes estadistas dos Estados providência. Por isso, insiste o autor que as eleições ainda são o único meio para que a sociedade converta a opinião pública.

Entende também o autor que a questão social, grande mote de mudanças do século XX, tendo levado a sociedade liberal a reagir à pobreza e transformar as pessoas em eleitores sem revoluções, está novamente na agenda, pois, desde os anos de 1970, a pobreza cresceu consistentemente nos Estados Unidos da América e Reino Unido, bem como em todos aqueles países que moldaram a sua economia espelhados neles. Assim, para enfrentar a questão social é preciso decidir o que o Estado deve fazer, a fim de que as pessoas tenham vidas decentes; não bastando simplesmente fornecer um patamar de segurança para que as pessoas não desçam mais baixo, não se podendo resumir a questão social à necessidade de caridade.

Com as pressões nascidas da globalização e das crises, entende o autor - podendo-se verificar o seu tom crítico à globalização e a sua defesa do Estado-nação - que o Estado será chamado cada vez mais para resolver as tensões, figurando ele agora como intermediário entre os cidadãos, impotentes e inseguros, e as companhias e agências internacionais, insensíveis e inimputáveis. Diante disso a obra afirma que papel do Estado deve ser repensado.

Já se libertou da posição do século XX de que o Estado é a melhor solução para os problemas, agora se tem que libertar do contrário, da ideia de que ele é a pior opção. Nesse sentido e, dialogando com Karl Popper, a obra acena para o caráter paradoxal do mercado, no qual a ausência de intervenção do Estado pode levar ao surgimento de organizações semipolíticas poderosas que distorcem a liberdade de mercado a uma ficção e acarretando sua própria destruição. Desse modo, o Estado não serve só para catar os cacos depois da crise, serve também conter os males do lucro imoderado, não sendo a liberdade o puro e simples afastamento do Estado, mas sim a garantia direitos e objetivos, ainda que diversos do Estado, sem medo de represálias.

Diante de todos esses objetivos, nem sempre conciliáveis, o autor afirma que a redução das desigualdades é elemento chave, pois, em condições de desigualdade endêmica, todos os outros objetivos tornar-se-ão difíceis de serem obtidos. Chegou-se ao ponto de se inverter a tendência e, contrariando esses desejos egoístas, deve-se construir uma sociedade harmônica e, nesse sentido, esquerda e a social democracia tem um patrimônio respeitável a defender.

A obra, de maneira geral, constrói seus argumentos de forma clara e bastante articulada com os dados estatísticos e situações exemplificativas que retratam bem tanto a situação europeia como a estadunidense, vale-se também o autor de uma reconstrução e contextualização historiográfica bastante completa; no entanto, cabem algumas considerações acerca do posicionamento do autor no que concerne ao fenômeno da globalização, visto que este se coloca de maneira bastante reticente, demonstrando grande repúdio e se posicionando como se fosse algo evitável ou suscetível de escolha.

Nesse sentido, parece o autor desprezar ou subestimar a influência da globalização, visto que o próprio intercâmbio pessoal e informacional, a partir de um mundo tecnológico e interligado, tem influências significativas na política interna e, em que pese a inviabilidade de um governo global, a política local inevitavelmente passa a sofrer com as pressões da economia global e de esse intercâmbio ou maior ligação/dependência.

Em que pesem as críticas feitas, há que se considerar que os efeitos descritos como decorrentes da globalização, no que concerne à acentuação da desigualdade, são semelhantes aos apontados por autores como Boaventura de Souza Santos que, ao falar da globalização social e os efeitos da globalização neoliberal cita a concentração de riquezas, sendo este inclusive mais enfático ao dizer que a globalização e os processos econômicos liderados pelos Estados Unidos da América geraram não só desigualdade interna, mas a acentuou entre os diversos países².

Necessário, por fim, breve menção ao trecho intitulado "Caminhos de Ferro" em que o autor, em um tom de aparente saudosismo faz uma espécie de analogia, colocando a ferrovia como símbolo da modernidade para, desse modo, tecer uma crítica aos movimentos de privatização. Há que se notar uma espécie de ruptura com a característica geral da obra, tendo ela ganhado, especificamente neste ponto, tom pouco científico e mais literário, bem como rompido com a sua proposta inicial de amplitude, com vistas a ser um texto que transita entre

² SOUSA SANTOS, Boaventura. *A Globalização e as ciências sociais*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002, p 33-34.

as realidades dos dois continentes, tendo ele se apegando a questões aparentemente muito específicas/locais.

